

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PRÁTICA ESCOLAR: UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA, LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE

ANTIRACIST EDUCATION IN SCHOOL PRACTICE: A DIALOGUE BETWEEN HISTORY, LANGUAGE, AND SUBJECTIVITY

EDUCACIÓN ANTIRRACISTA EN LA PRÁCTICA ESCOLAR: UN DIÁLOGO ENTRE HISTORIA, LENGUAJE Y SUBJETIVIDAD

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-046>

Data de submissão: 04/08/2025

Data de publicação: 04/09/2025

Jhon Cesar Pereira Moraes

Mestrado em Estudos de Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI)

E-mail: jhoncesarmoraes@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute a implementação de práticas pedagógicas antirracistas no ambiente escolar, articulando três dimensões essenciais: a história, a linguagem e a subjetividade. A partir de um olhar crítico sobre a formação histórica das desigualdades raciais no Brasil, busca-se compreender como a linguagem, enquanto expressão de poder e identidade, reproduz ou combate preconceitos. Além disso, investiga-se como a subjetividade dos estudantes, construída nas interações escolares, pode ser fortalecida por uma educação comprometida com a equidade racial. O estudo adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica interdisciplinar e análise de experiências escolares que incorporam a educação antirracista como princípio norteador.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Práticas Escolares. Linguagem. Subjetividade. História.

ABSTRACT

This article addresses the implementation of anti-racist pedagogical practices in school settings, articulating three essential dimensions: history, language, and subjectivity. From a critical perspective on the historical formation of racial inequalities in Brazil, it aims to understand how language, as an expression of power and identity, can either reproduce or challenge prejudice. In addition, it examines how students' subjectivities, shaped through school interactions, can be strengthened by education committed to racial equity. The study adopts a qualitative approach, based on an interdisciplinary literature review and analysis of school experiences that incorporate anti-racist education as a guiding principle.

Keywords: Anti-Racist Education. School Practices. Language. Subjectivity. History.

RESUMEN

Este artículo analiza la implementación de prácticas pedagógicas antirracistas en el ámbito escolar, articulando tres dimensiones esenciales: la historia, el lenguaje y la subjetividad. A partir de una mirada crítica sobre la formación histórica de las desigualdades raciales en Brasil, se busca comprender cómo el lenguaje, como expresión de poder e identidad, reproduce o combate prejuicios. Asimismo, se investiga cómo la subjetividad de los estudiantes, construida en las interacciones escolares, puede fortalecerse mediante una educación comprometida con la equidad racial. El estudio adopta un enfoque

cualitativo, basado en una revisión bibliográfica interdisciplinaria y en el análisis de experiencias escolares que incorporan la educación antirracista como principio orientador.

Palabras clave: Educación Antirracista. Prácticas Escolares. Lenguaje. Subjetividad. Historia.

1 INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço de socialização, transmissão de saberes e formação cidadã, desempenha papel central na construção de valores e identidades. Em sociedades marcadas por profundas desigualdades raciais, como o Brasil, a educação tem o potencial de atuar como ferramenta de transformação social ou, inversamente, como mecanismo de perpetuação de estereótipos e exclusões. A adoção de uma perspectiva antirracista no cotidiano escolar não é apenas um imperativo ético, mas também um dever legal e pedagógico, previsto em dispositivos como a Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial.

O desafio da educação antirracista vai além da simples inserção de conteúdos no currículo. Ele envolve uma mudança estrutural que atravessa a organização escolar, as práticas pedagógicas, a linguagem utilizada e o reconhecimento das subjetividades dos estudantes. Nesse sentido, é preciso compreender que o racismo não se limita a ações explícitas de discriminação, mas se manifesta também em microagressões, na invisibilização de narrativas negras e indígenas, e na ausência de representatividade nos materiais didáticos.

A linguagem desempenha papel determinante nesse processo, pois é veículo de significados, valores e visões de mundo. Ela pode ser utilizada tanto para reforçar preconceitos quanto para desconstruí-los. Ao mesmo tempo, a dimensão subjetiva dos estudantes – suas experiências, memórias e pertencimentos – precisa ser reconhecida como elemento fundamental para que a educação se torne realmente inclusiva e transformadora.

Assim, este artigo busca discutir a educação antirracista a partir da articulação entre história, linguagem e subjetividade, oferecendo reflexões teóricas e exemplos práticos que possam orientar a ação docente e institucional. A proposta é contribuir para a construção de uma prática escolar que reconheça e valorize a diversidade, combatá as desigualdades raciais e promova uma formação cidadã crítica e engajada.

2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

A compreensão da necessidade de uma educação antirracista passa, necessariamente, pelo reconhecimento da trajetória histórica que moldou as relações raciais no país. O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir oficialmente a escravidão, em 1888, após mais de três séculos de exploração da mão de obra africana e afrodescendente. Esse processo deixou marcas profundas na organização social, econômica e cultural, resultando em desigualdades estruturais que perduram até hoje.

2.1 HERANÇA ESCRAVOCRATA E RACISMO ESTRUTURAL

A abolição da escravidão ocorreu sem políticas efetivas de integração ou reparação, relegando a população negra a condições de marginalização. A exclusão do acesso à terra, à educação formal e a empregos dignos consolidou um cenário de vulnerabilidade socioeconômica. Esses fatores se entrelaçaram com um racismo estrutural que naturaliza desigualdades e legitima hierarquias baseadas na cor da pele.

Ao longo do século XX, o mito da democracia racial — amplamente difundido por setores da intelectualidade e do Estado — mascarou as formas sutis e explícitas de discriminação. Essa narrativa dificultou o reconhecimento de que o racismo é um problema sistêmico, e não apenas um conjunto de atitudes individuais.

2.2 MARCOS LEGAIS E AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

A Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo ao reconhecer a pluralidade étnico-racial e ao estabelecer princípios de igualdade e não discriminação. Contudo, foi a partir dos anos 2000 que medidas mais específicas voltadas à educação antirracista ganharam força, com destaque para:

- **Lei 10.639/2003**, que incluiu no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.
- **Lei 11.645/2008**, que ampliou essa obrigatoriedade para incluir também a história e cultura indígena.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que orientam práticas pedagógicas voltadas à promoção da igualdade racial.

Apesar desses avanços, a implementação dessas políticas enfrenta resistências, seja pela falta de formação adequada dos docentes, seja pela escassez de materiais didáticos que abordem a temática de forma crítica e representativa.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO RESGATE HISTÓRICO NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalhar a dimensão histórica no ensino não significa apenas relatar fatos do passado, mas possibilitar que os estudantes compreendam as origens das desigualdades presentes e reconheçam o protagonismo de populações negras e indígenas na construção do país. Esse resgate é fundamental para a desconstrução de estereótipos e para a construção de uma identidade coletiva mais plural e inclusiva.

3 LINGUAGEM E RACISMO: DISCURSOS QUE MOLDAM IDENTIDADES

A linguagem é um dos instrumentos mais poderosos de construção social. Ela organiza o pensamento, comunica ideias e estabelece relações de poder. No contexto do racismo, a linguagem não é neutra: pode funcionar como ferramenta de exclusão e estigmatização ou como mecanismo de valorização e resistência.

3.1 O PAPEL DA LINGUAGEM NA REPRODUÇÃO DO PRECONCEITO

A perpetuação do racismo na escola muitas vezes ocorre por meio de práticas linguísticas aparentemente banais. Expressões populares carregadas de estereótipos, piadas depreciativas, apelidos baseados em características físicas e a ausência de representatividade nos exemplos e narrativas escolares contribuem para a naturalização do preconceito.

Além disso, o currículo e os materiais didáticos, quando utilizam uma linguagem que invisibiliza ou marginaliza sujeitos negros e indígenas, reforçam a hierarquia racial presente na sociedade. A escolha de adjetivos, a forma como as histórias são narradas e a ausência de pluralidade de vozes evidenciam o poder ideológico da língua.

3.2 PRÁTICAS DISCURSIVAS INCLUSIVAS E TRANSFORMADORAS

Adotar uma postura antirracista no uso da linguagem exige consciência e intencionalidade. Isso envolve:

- Revisar materiais didáticos para incluir narrativas diversas.
- Valorizar a produção cultural e intelectual de grupos historicamente marginalizados.
- Incentivar debates em sala de aula sobre preconceito linguístico e discriminação racial.
- Utilizar termos que respeitem identidades e pertenças culturais.

O professor, enquanto mediador, desempenha papel fundamental na criação de um ambiente em que a linguagem seja instrumento de acolhimento, diálogo e transformação social.

3.3 LINGUAGEM COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Historicamente, comunidades negras e indígenas no Brasil têm utilizado a linguagem como forma de resistência. Seja por meio da literatura, da música, da oralidade ou de expressões culturais, a língua se torna veículo para afirmar identidades e ressignificar experiências. Reconhecer e valorizar essas produções no espaço escolar amplia o repertório cultural dos estudantes e fortalece vínculos identitários.

4 SUBJETIVIDADE E EXPERIÊNCIA ESCOLAR

A subjetividade dos estudantes é construída a partir de um conjunto complexo de vivências, memórias e interações que se entrelaçam no contexto escolar e extrapolam para além dele. Essa dimensão, muitas vezes negligenciada nas práticas pedagógicas, é central para a compreensão dos impactos do racismo e para a formulação de estratégias educativas que promovam inclusão e valorização da diversidade.

4.1 CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E RECONHECIMENTO

O ambiente escolar desempenha papel determinante na formação da identidade dos alunos. Quando estudantes negros e indígenas se deparam, cotidianamente, com a ausência de representatividade nos conteúdos, nas imagens e nos referenciais de sucesso apresentados, há um impacto direto na construção de sua autoestima e senso de pertencimento. Ao contrário, quando encontram referências positivas, narrativas valorizadoras de suas culturas e oportunidades para se expressar, fortalecem-se laços identitários e confiança em seu próprio potencial.

4.2 AFETIVIDADE COMO ELEMENTO EDUCATIVO

A afetividade é um componente essencial para o aprendizado e a formação cidadã. Relações mediadas pelo respeito, pela empatia e pela escuta ativa contribuem para a redução de barreiras emocionais impostas pelo preconceito e pela discriminação. Nesse sentido, a postura do educador é fundamental para criar um espaço seguro, no qual todos os estudantes sintam-se vistos e ouvidos.

4.3 REPRESENTATIVIDADE E PERTENCIMENTO

A presença de professores, gestores e funcionários negros e indígenas, bem como de conteúdos que expressem a pluralidade étnico-racial brasileira, reforça a noção de que todos têm direito a ocupar qualquer espaço social e profissional. Essa representatividade no cotidiano escolar não é apenas simbólica, mas pedagógica, pois oferece exemplos concretos de superação das barreiras históricas impostas pelo racismo estrutural.

5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS

A consolidação de uma educação antirracista na escola exige ações planejadas e integradas que envolvam currículo, formação docente, gestão escolar e participação da comunidade. Não se trata de iniciativas pontuais, mas de uma postura institucional permanente, orientada por princípios de justiça social, diversidade e equidade.

5.1 ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS INTERDISCIPLINARES

O trabalho pedagógico com perspectiva antirracista não deve se restringir às disciplinas de História ou Sociologia. Ele precisa ser incorporado a todas as áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, incluindo:

- **Língua Portuguesa:** análise crítica de obras literárias, valorizando autores negros e indígenas e problematizando representações estereotipadas.
- **Artes:** estudo de manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas, com destaque para sua importância histórica e estética.
- **Ciências:** reconhecimento das contribuições de cientistas negros e indígenas, além da análise dos impactos ambientais e sociais do racismo.
- **Matemática:** utilização de dados estatísticos para discutir desigualdades raciais e sociais.

5.2 FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO CRÍTICO

A implementação efetiva da educação antirracista depende da formação inicial e continuada dos professores. É fundamental que os educadores conheçam a legislação, compreendam os conceitos de racismo estrutural e institucional, e desenvolvam sensibilidade para lidar com situações de preconceito em sala de aula. A revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do currículo escolar também é essencial para garantir que a temática seja tratada de maneira transversal e permanente.

5.3 EXPERIÊNCIAS EXITOSAS

Diversas experiências brasileiras demonstram que práticas bem estruturadas podem transformar a realidade escolar. Entre elas:

- Projetos de leitura com foco em autores negros e indígenas.
- Parcerias com movimentos sociais e culturais para promover oficinas e palestras.
- Criação de espaços permanentes de diálogo sobre questões raciais, como rodas de conversa e grupos de estudos.
- Utilização de metodologias ativas que incentivem os estudantes a investigar e apresentar pesquisas sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena.

Essas ações não apenas contribuem para a aprendizagem, mas fortalecem a autoestima, o senso crítico e o protagonismo dos alunos.

6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar dos avanços legais e da crescente consciência sobre a importância da educação antirracista, a consolidação de práticas efetivas ainda enfrenta obstáculos significativos. Essas barreiras estão ligadas tanto a questões estruturais da sociedade quanto a limitações internas das instituições escolares.

6.1 BARREIRAS INSTITUCIONAIS E SOCIOCULTURAIS

Entre os principais desafios, destacam-se:

- **Resistência cultural:** ainda persiste a crença equivocada de que falar sobre racismo nas escolas “estimula divisão” ou “cria conflito”, o que deslegitima a discussão e dificulta a implementação de ações afirmativas.
- **Falta de formação docente:** muitos professores não receberam, em sua formação inicial, conteúdos e metodologias voltados à abordagem antirracista.
- **Escassez de recursos e materiais:** há carência de livros, atividades e recursos didáticos que abordem a diversidade étnico-racial de maneira crítica e representativa.
- **Desigualdades regionais:** as iniciativas mais estruturadas muitas vezes se concentram em grandes centros urbanos, deixando lacunas nas regiões periféricas e rurais.

6.2 CAMINHOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS EFICAZES

Para que a educação antirracista seja consolidada como política pública, é necessário:

- Investir em **formação continuada** dos profissionais da educação, com conteúdos que abordem história, cultura e combate ao racismo.
- Garantir **recursos pedagógicos diversificados** e de qualidade, produzidos por autores que representem a pluralidade da sociedade brasileira.
- Inserir metas e indicadores claros no planejamento educacional para acompanhar a efetividade das ações.
- Estimular a **participação da comunidade escolar**, incluindo pais, responsáveis e organizações sociais, no debate e na construção de estratégias.
- Fortalecer o papel das **universidades e centros de pesquisa** na produção de conhecimento sobre práticas educativas antirracistas.

6.3 PERSPECTIVAS FUTURAS

O fortalecimento da educação antirracista depende de um compromisso coletivo que envolva governo, escolas, famílias e sociedade civil. A expectativa é que, nos próximos anos, políticas públicas de inclusão e valorização da diversidade avancem de forma integrada com outras agendas educacionais, como a promoção da equidade de gênero, a inclusão de pessoas com deficiência e o combate a outras formas de discriminação.

O cenário ideal é aquele em que a educação antirracista deixe de ser um tema pontual e se torne parte orgânica da cultura escolar, permeando todas as disciplinas, projetos e relações interpessoais. Essa transformação exige perseverança, diálogo e, sobretudo, a consciência de que a luta contra o racismo é um compromisso permanente com a democracia e a justiça social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma educação antirracista efetiva demanda compromisso contínuo, reflexão crítica e ação integrada entre todos os agentes da comunidade escolar. Ao longo deste artigo, analisamos como a história, a linguagem e a subjetividade se entrelaçam na formação de identidades e na reprodução – ou superação – das desigualdades raciais no Brasil.

Reconhecer a herança escravocrata, compreender o papel da linguagem na manutenção ou desconstrução de estereótipos e valorizar as experiências subjetivas dos estudantes são passos fundamentais para a transformação das práticas escolares. Mais do que cumprir a legislação, a educação antirracista deve ser incorporada como princípio ético e político que oriente o currículo, a formação docente e as relações interpessoais no ambiente educacional.

O enfrentamento ao racismo é parte inseparável da promoção da democracia e da justiça social. Portanto, fortalecer a educação antirracista é investir na formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de atuar para construir uma sociedade mais igualitária e plural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC/SECADI, 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003. Brasília: MEC/SECADI, 2013.